

PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

A IFD encontra-se sujeita ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, definido pelo Decreto-Lei 298/92, de 31 de dezembro, e restantes normativos emitidos pelo Banco de Portugal, ao Regime Jurídico aplicável ao Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, bem como ao Decreto-Lei 71/2007, de 27 de março, que regula o Estatuto do Gestor Público. Encontra-se ainda sujeita ao Decreto-Lei 262/1986, de 2 de setembro, que regula o Código das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável. Desse modo está dependente da supervisão por parte do Banco de Portugal, da Assembleia da República, da Inspeção Geral de Finanças e do Tribunal de Contas.

Em sede da atividade como entidade gestora de IF com recurso a financiamento FEEI, rege-se pelo Decreto-Lei 159/2014, de 27 de outubro, que determina a aplicação dos FEEI e igualmente pelo Decreto-Lei 225/2015, de 9 de outubro, que cria o FC&QC e o Decreto-Lei 226/2015, de 9 de outubro, que cria o FD&G.

A gestão financeira e patrimonial do FITEC rege-se pelo Decreto-Lei 86-C/2016, de 29 de dezembro e pela respetivo regulamento de gestão, aprovado pela Portaria 258/2017, de 21 de agosto.

Internamente, a IFD rege-se pelo disposto nos seus estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei 155/2014, de 21 de outubro, com as alterações aprovadas pelo Decreto-Lei 104/2017, de 25 de agosto, bem como pelos regulamentos internos, nomeadamente, o Código de Conduta e os Regulamentos do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e da Comissão de Auditoria, que se encontram disponíveis em www.ifd.pt.

TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Os mecanismos implementados pela IFD para efeito de controlo das transações com partes relacionadas assentam em critérios de rigor e transparência assentes no cumprimento das disposições legais em matéria de relações com entidades suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

As operações com partes relacionadas estão associadas fundamentalmente à atividade operacional da IFD, nomeadamente no caso do FC&QC e do FD&G, onde a IFD atua como sociedade gestora, obtendo como rendimento da sua atividade custos de gestão. Os custos de

gestão calculados em função dos custos de estrutura da IFD encontram-se limitados pelo disposto nos decretos-lei de criação dos fundos, nos respetivos regulamentos e nos vários acordos de financiamento assinados no âmbito do Portugal 2020. Esses limites máximos dos custos de gestão são igualmente objeto de despacho de aprovação pelas Tutelas.

Existe uma efetiva separação de funções entre os departamentos intervenientes nas transações entre IFD e fundos, nomeadamente nas áreas associadas ao produto face áreas associadas ao controlo e reporte e respetivo pagamento. As transações da IFD com os fundos são verificadas pelo Contabilista Certificado, pelo ROC e pelo Auditor Externo, sendo que o cálculo dos mesmos é validado por essas entidades, tendo em consideração todos os limites legais acima referidos.

Em sede de fundos, as respetivas transações são igualmente objeto de análise e verificação pelo ROC e Auditor Externo, entidades diferentes das da IFD, bem como, pela IGF, na qualidade de Auditor dos Fundos e pela ADC, entidade auditora no âmbito do Portugal2020.

Em 2017, todas as transações foram sujeitas a análise criteriosa, dada a sua relevância para a atividade da IFD.

Entende-se igualmente como parte relacionada a SPGM, entidade pública, com quem a IFD partilha um membro do Conselho de Administração. A SPGM presta serviços de back office da IFD, assegurando todas as tarefas e funções conexas com as áreas Administrativa e Financeira, de Recursos Humanos e de Sistemas de informação e Tecnologia. Estes serviços e todos os recursos conexos são essenciais para a autorização de funcionamento como instituição financeira da IFD, emitida pelo Banco de Portugal. Os mesmos são suportados por um contrato de prestação de serviços que é igualmente fruto de análise e verificação.

A IFD não efetua qualquer operação com os Membros de Conselho de Administração.

OUTRAS TRANSAÇÕES

A IFD está sujeita à aplicação do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, por força do disposto no artigo 13.º n.º 1 dos seus estatutos, publicado pelo Decreto-Lei 155/2014, de 21 de outubro.

A IFD cumpre com os princípios de mercado e transparência e todas as transações ocorreram em condições de mercado.

ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

A IFD aguarda definição de novos objetivos e metas do acionista e Tutelas em conformidade com as novas opções estratégicas da IFD, encontrando-se devidamente explicado no ponto II. Missão, Objetivos e Políticas do presente relatório.

A IFD promove o desenvolvimento de ações com o propósito de colmatar falhas de mercado no acesso ao financiamento das empresas, com enfoque nas PME, e em particular ao nível da capitalização e do financiamento de médio e longo prazo da atividade produtiva. Desse modo, orienta a sua atividade em várias vertentes, nomeadamente, a gestão de fundos europeus para instrumentos financeiros, o financiamento junto de entidades multilaterais e congéneres e a coordenação e o incremento da eficácia da arquitetura institucional dos instrumentos financeiros existentes e das várias instituições disponíveis para o apoio da economia.

A intervenção da IFD na economia nacional através dos instrumentos acima referidos é sempre guiada por objetivos de fomento económico, criação de valor e aumento do emprego, bem como de promoção do crescimento das PME viáveis e do incremento do seu investimento, numa ótica de promoção do crescimento económico a nível regional e nacional, assegurando sempre que aplicável a eficiência ambiental dos investimentos e as matérias relacionadas com o respeito pelas normas de qualidade.

Entende-se que a responsabilidade social é um processo contínuo e de melhoria da empresa na sua relação com seus funcionários, comunidades e parceiros. De forma voluntária, as empresas adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno e externo.

Desenvolvimento sustentável é aquele que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, o que significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

A IFD não se encontra enquadrada como empresa prestadora de serviço público, nos termos do artigo 48.º do RJSPE, não lhe sendo aplicável a definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável no âmbito da proteção dos consumidores.

A IFD, como instituição financeira, não se depara diretamente com questões de natureza ambiental, a não ser como mera utilizadora de bens e serviços, no entanto, adota os princípios do desenvolvimento sustentável assumindo a vertente social e ambiental como parte integrante do seu desempenho empresarial através de ações internas de comunicação e divulgação de boas práticas sociais e ambientais junto dos colaboradores bem como o cumprimento da legislação nacional em vigor e da melhoria das condições do local de trabalho.

A IFD rege-se por um Plano de Igualdade de Género, aprovado em Conselho de Administração de 12 de abril de 2016 que se encontra disponível no site da IFD em [www.ifd.pt](http://www.ifd.pt/wp-content/uploads/Documents/financeira/IFD_Plano_Igualdade_Genero.pdf).
(http://www.ifd.pt/wp-content/uploads/Documents/financeira/IFD_Plano_Igualdade_Genero.pdf)

O recrutamento dos colaboradores da IFD é um processo aberto e transparente, em conformidade com os Princípios da Igualdade do Género, colocando-se anúncios em várias plataformas eletrónicas e jornais, sem discriminação de género. É efetuado um levantamento do número de candidaturas obtidas de acordo com os critérios definidos para cada função a contratar, sendo escolhidos até 10 candidatos para a realização de primeira entrevista presencial e, posteriormente, 3 candidatos para entrevista final. Em outubro 2017, após a autorização das Tutelas para se iniciar recrutamento do quadro de pessoal, foi necessário recorrer a entidade externa no sentido de assegurar a conclusão do processo até final do ano, tendo sido cumpridos todos os procedimentos acima descritos.

A política de recursos humanos, incluindo a política de remuneração dos colaboradores da sociedade, é aprovada pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão Executiva, sendo revista periodicamente e encontrando-se descrita no normativo interno “Política de Remunerações”.

Esta política rege-se por princípios gerais orientadores como: a simplicidade, clareza e transparência; a coerência com uma gestão e controlo de risco sã, prudente e eficaz, de modo a evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses; a adequação com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da sociedade, dos seus clientes, colaboradores e demais stakeholders; e a proporcionalidade à dimensão, organização interna, natureza, âmbito e complexidade da atividade da sociedade. Do mesmo modo, encontra-se orientada para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os colaboradores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.

Os colaboradores da sociedade auferem a remuneração a que têm direito como contrapartida pelo seu trabalho, sendo fixada com base num conjunto de princípios acima referidos bem como: as suas competências pessoais; o nível de responsabilidade das suas funções; o cargo que exercem; o tempo de serviço; e o enquadramento de mercado para funções equivalentes.

O Conselho de Administração aprovou em 19 de dezembro de 2017 uma tabela de remunerações e um regime de isenção de horário de trabalho. Em 28 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou a contratação de um seguro de saúde em grupo, pelo prazo de 1 ano, destinado a abranger todos os colaboradores da IFD.

Sendo uma empresa sujeita às restrições sobre remunerações, prémios e carreiras aplicáveis às empresas públicas, a IFD não pode, no entanto, atualmente, desenvolver uma efetiva política de valorização dos recursos humanos, por força dessas mesmas restrições.

De notar que a política de responsabilidade económica da IFD encontra-se dependente dos objetivos e resultados propostos e da validação da consolidação do projeto.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

No âmbito da análise ao Relatório do Governo Societário de 2016 pela UTAM, foram emitidas ligeiras recomendações que, após devida verificação, integraram a versão final do respetivo relatório aprovado com parecer favorável pela UTAM e igualmente consideradas para elaboração do presente relatório:

- Indicação no sumário executivo das eventuais alterações em matérias de boas práticas do Governo Societário (Ponto I. Sumário Executivo);
- Apresentação dos despachos das tutelas que autorizam os limites máximos dos custos de gestão para o período de 2015 a 2020, de acordo com proposta do Conselho Geral dos Fundos e em conformidade com o artigo 11.º dos Decretos-Lei de criação dos fundos (Ponto II. Missão, Objetivos e Políticas);
- Explicitação da informação referente ao Auditor Externo, nomeadamente no que concerne à política e periodicidade da rotação, órgão responsável pela sua avaliação e periodicidade com que essa avaliação é feita, bem como, necessidade de contratação de serviços adicionais, sendo que em 2017 este órgão não exista na IFD (Ponto V. Órgãos Sociais e Comissões);
- Explicitação da falta de informação relativa à Comissão para as Matérias Financeiras, dado que não existe tal órgão na IFD (Ponto V. Órgãos Sociais e Comissões); Indicação dos elementos de identificação na OROC e na CMVM do representante do ROC (Ponto V. Órgãos Sociais e Comissões);
- Explicitação da informação face às plataformas utilizadas para cumprimento dos deveres de informação a que a IFD se encontra sujeita (Ponto VI. Organização Interna);
- Explicitação e validação de todas as hiperligações obrigatórias dentro do documento com referência ao site www.ifd.pt (Ponto VI. Organização Interna);

- Referência à definição da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável (Ponto IX. Análise de sustentabilidade);
- Evidência do cumprimento do dever de informação constante no Art.º 51.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, bem como, aplicação de metodologia de reconhecimento formal da veracidade do estrato da Ata de aprovação pelo Conselho de Administração do respetivo RGS para 2016 (Ponto XI. Anexos do RGS).

CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Conduta foi aprovado por deliberação do Conselho de Administração de 10 de fevereiro de 2015, e integra o conjunto de princípios e normas de conduta de natureza ética e deontológica a observar pela IFD e por todos os seus colaboradores, tanto no relacionamento recíproco, como nas relações que, em nome da mesma, são estabelecidas com terceiras entidades, de forma duradoura ou ocasional, nomeadamente a existência de diretrizes e planos de ação para prevenir fraudes internas, cometidas por colaboradores ou fornecedores de serviços, e externas, cometidas por clientes ou terceiros, encontrando-se disponível em <http://www.ifd.pt/ifd/wp-content/uploads/2017/01/CodigodeConduta.pdf>.